COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

PROJETO DE LEI Nº 4.766, DE 2016

Institui o Programa Disque-Denúncia do Trabalhador

Autor: SENADO FEDERAL

Relator: Deputado DANIEL ALMEIDA

I – RELATÓRIO

Trata-se de projeto de lei aprovado pelo Senado Federal, composto de um único artigo, que institui o Programa Disque-Denúncia do Trabalhador, com a finalidade de combater as fraudes relacionadas aos direitos dos trabalhadores, dos aposentados e dos pensionistas. Além disso, prevê o projeto que o funcionamento do Programa observará o disposto em norma regulamentar editada pelo Ministério do Trabalho.

A proposta foi distribuída à Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público para exame do mérito, à Comissão de Finanças e Tributação para apreciação da adequação financeira e orçamentária e à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania para análise da constitucionalidade, da juridicidade e da técnica legislativa, estando sujeita à apreciação conclusiva pelas Comissões, com tramitação em regime de prioridade.

Esgotado o prazo regimental, não foram apresentadas emendas ao projeto.

II – VOTO DO RELATOR

Conforme consta do relatório, a proposta em análise visa a instituir o Programa Disque-Denúncia do Trabalhador com o objetivo de coibir fraudes no âmbito trabalhista e previdenciário. E essa é uma realidade que vivenciamos cotidianamente nas relações trabalhistas em nosso País.

Como bem lembrado na justificação do projeto, em face das medidas de austeridade para correção das contas públicas que o Governo Federal tem apresentado, ou das informações de que as apresentará, temos verificado um aumento nos casos de fraudes envolvendo direitos trabalhistas e previdenciários.

Em que pese reconhecermos que a grande maioria dos empregadores respeitam as regras existentes, é fato que ainda há um grande contingente de trabalhadores cujos direitos são desrespeitados, o que faz com que tenhamos a necessidade de criar meios para fiscalizar esses casos.

Nesse contexto, qualquer providência que tenha por objetivo a defesa dos trabalhadores contra eventuais fraudes relacionadas aos seus direitos é bem-vinda.

O projeto remete ao Ministério do Trabalho e Emprego a competência para regulamentar o programa, o que nos parece a medida mais adequada, haja vista as atribuições desse órgão, por intermédio de suas superintendências regionais, para fiscalizar as relações trabalhistas.

Cabe ressaltar que a Medida Provisória nº 726, de 2016, alterou a denominação do Ministério, que agora se chama Ministério do Trabalho. No entanto, por se tratar de mera adequação formal, bem como resultante de uma medida provisória que ainda não foi apreciada, essa correção poderá ser feita no momento da redação final sem maiores consequências.

Diante do exposto, manifestamo-nos pela **aprovação** do Projeto de Lei nº 4.766, de 2016.

Sala da Comissão, em de de 2016.

Deputado DANIEL ALMEIDA
Relator